EDUCAÇÃO PÚBLICA SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: A GESTAÇÃO E O PARTO DE UMA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

TAÍS PATRICIA VIÉGAS DE ANDRADE

Resumo

O presente trabalho assume os pressupostos de investigação qualitativa de cunho descritivo e bibliográfico, e tem por objetivo analisar quais elementos provocaram o surgimento de uma Base Nacional Comum Curricular esvaziada de conteúdos, prescritiva, utilitarista e minimalista como modelo para educação pública brasileira. Nesse propósito é apresentado três cenários essenciais para adoção do modelo criticado. A análise dos efeitos recorrentes do Consenso de Washington para a educação pública da América Latina e do Brasil. A gestação da proposta de um currículo mínimo aos estudantes de escolas públicas ao longo do final do século XX e início do século XXI. E, o parto da Base Nacional Comum Curricular imediatamente no pós-golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016. O levantamento realizado leva à conclusão de que a adoção da proposta de um currículo mínimo para os estudantes mais carentes, filhos e filhas de trabalhadores, pertencentes aos sistemas públicos de ensino, não tem fundamento educacional. Antes, seu alicerce é fundado na ideologia neoliberal e atende somente aos interesses dos representantes do grande capital financeiro, com intuito de formar o indivíduo neoliberal, desqualificado profissionalmente e preparado psicologicamente para o mundo do trabalho precarizado. O que leva à necessária defesa das escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; educação pública; capitalismo financeiro; neoliberalismo; defesa da escola pública.

PUBLIC EDUCATION UNDER THE NEOLIBERAL AEGIDE

The gestation and birth of a common national curriculum base

Abstract

The present work assumes the assumptions of a qualitative investigation of a descriptive and bibliographical nature and aims to analyze which elements provoked the emergence of a National Common Curricular Base emptied of contents, prescriptive, utilitarian and minimalist as a model for Brazilian public education. For this purpose, three essential scenarios are presented for the adoption of the criticized model. The analysis of the recurrent effects of the Washington Consensus for public education in Latin America and Brazil. The gestation of the proposal of a minimum curriculum for public school students throughout the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. And the birth of the National Common Curricular Base immediately after the coup d'état that took place in Brazil in 2016. The survey carried out leads to the conclusion that the adoption of the proposal of a minimum curriculum for the most needy students, sons, and daughters of workers, belonging to public education systems, has no educational foundation. Rather, its foundation is founded on neoliberal ideology and serves only the interests of representatives of large financial capital, with the aim of forming the neoliberal individual, professionally disqualified and psychologically prepared for the world of precarious work. This leads to the necessary defense of Brazilian public schools.

Keywords: Common National Curriculum Base; public education; financial capitalism; neoliberalism; defense of the public school.

Introdução

A cadela do fascismo está sempre no cio! Aqueles que são contra o fascismo sem serem contra o capitalismo, que lamentam a barbárie que sai da barbárie, são como pessoas que desejam comer carne de vitela sem matar o bezerro.

Bertolt Brecht

No final do ano de 1989, indivíduos representantes do grande capital: banqueiros, ministros da fazenda, economistas, etc., se reuniram em Washington com intuito de analisar as economias de países em desenvolvimento da América Latina que não estavam, segundo a sua lógica, tendo resultados positivos em termos do capitalismo. Esses indivíduos chegaram à conclusão de que todo o território Sul do continente americano abaixo dos EUA devia ser subjugado pelo neoliberalismo, o que implicava incisivas reformas estruturais, condição unívoca para que fossem concedidos novos empréstimos a esses países. Para justificar essa condição basearam-se no trabalho de Balassa (1986) que implicava a retomada do crescimento econômico na América Latina. Dessa reunião, gerou-se o documento intitulado depois do Consenso de Washington, de Kuczynski e Williamson (2004), resumido em um modelo prescritivo de inserção do neoliberalismo para ser aplicado com urgência nas próximas décadas nos países devedores dos órgãos internacionais. Tratava-se, portanto, e como o próprio nome diz, de um consenso, isto é, uma concordância, um acordo, uma crença daqueles que dominavam as condições sociais, ou dos representantes daqueles que as dominam, de que os países em desenvolvimento deveriam se prostrar sob o jugo do

neoliberalismo.

Embora, de acordo com Saviani (2020), a reconversão ao estado neoliberal em seu formato clássico tenha acontecido durante o início da década de 1970, logo depois das crises ocorridas no final do período conhecido como era de ouro do Capitalismo (1945-1970), culminando em fortes ataques aos Estado regulador, e que incluiu os sistemas educacionais públicos. Entretanto, esse retorno ao neoliberalismo clássico foi inicialmente aplicado nos países desenvolvidos, e a sua chegada e aplicação nos países em desenvolvimento coincide com o final do século XX. O que o indica os resultados do Consenso de Washington como um bom início de conversa a respeito da aplicação das diretrizes neoliberais no Brasil e seus efeitos deletérios que chegaram, inclusive, à educação pública.

Nessa perspectiva, Silva (2005) apresenta todos os ataques à educação pública surgidas desse consenso, ao expor as reformas de primeira e segunda geração oriundas daquela ilustre reunião de final de 1989. Conforme a autora, as primeiras medidas (reformas de 1ª geração), deveriam conter os gastos do Estado para com a população, para isso era necessário atacar a previdência social; gerar controle fiscal; privatizar empresas estatais; reduzir o orçamento com todos os serviços públicos; controlar a inflação; facilitar a entrada de empresas internacionais privadas; fortalecer instituições bancárias; entre outras medidas de contenção de gastos e favorecimentos às iniciativas privadas. Como lembra Silva (2005), após essas implementações houve a necessidade de continuidade, levando em medidas de aprofundamento sobre a reforma do Estado (reformas de 2ª geração), o que acarretou na precarização dos serviços de responsabilidade do Estado, como a saúde, e a educação. Além da precarização de sindicatos; retirada de direitos trabalhistas; adoção de códigos e normas financeiras internacionais, em suma, uma total descaracterização e abandono das necessidades básicas das populações dos países subjugados a essa nova ordem econômica mundial.

Nota-se, portanto, que a educação passa a ser motivo de exploração capitalista durante a segunda fase de reformas por meio da implementação de cortes neoliberais aos serviços públicos, o que implicou alterações na própria Constituição brasileira. Conforme Silva (2005):

A disposição do governo federal em estabelecer sintonia com as políticas pactuadas com o Banco Mundial no campo da educação pode ser encontrada no documento Planejamento Político-estratégico (maio de 1995), em que sinaliza a progressiva transformação do Ministério da Educação num organismo eficaz de formulação, coordenação e acompanhamento de políticas públicas na área educacional e a consequente redução de seu papel executivo (SILVA, 2005, p. 259-260).

Os principais pontos que indicam os prejuízos causados à educação pública brasileira devido à implementação do regime neoliberal oriundo do Consenso de Washington, como apontados por Silva (2005), estão sintetizados abaixo.

Financiamento e expansão do ensino privado por meio da privatização da educação com duas medidas: a) redução e realocação de recursos estatais para a educação básica e superior, e b) destinação de recursos públicos para o setor privado por concessão de benefícios tributários e/ou isenção de impostos.

i. Diminuição dos percentuais de investimentos à educação pública garantidos pelo Plano Nacional de Educação – Lei n. 10.172/2001, que, inclusive, teve nove artigos vetados que tratavam da elevação desses percentuais pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

ii. Promoção de abandono do Estado para com o dever de garantir a educação pública e adoção de um modelo assistencialista e clientelista de caráter populista, no qual a educação pública é delegada à sociedade civil por meio de projetos descentralizadores de responsabilidade estatal. Exemplos dessa translação de deveres foi promovida por programas populistas como Adote uma Escola; Amigos da Escola; Dia da Família na Escola; todos com forte caráter de voluntariado e recheados de filantropismo religioso, no intuito de substituir a responsabilidade do Estado para com a educação pública. iii. Implementação de políticas públicas de educação desiguais, com investimentos menores à educação pública e maiores para o setor privado de ensino, que levam à negação do direito à educação, do direito de aprender e de apropriar-se dos bens culturais devido a implementação da escola dualista, nos moldes apresentados por Baudelot e Establet (1971), isto é, uma escola para os filhos e filhas de trabalhadores e outra para os herdeiros da burguesia.

iv. Precarização do trabalho docente devido à perversidade da política de privatização no campo dos trabalhadores da educação pública, efetivada pela ausência de concursos públicos e generalização de processos de terceirização ou de contratos temporários como única forma de atuação nas escolas públicas, implicando na submissão desses profissionais aos salários reduzidos e às restrições de direitos trabalhistas.

Todos esses pontos demonstram o início da implantação de políticas públicas com intuito direto de garantir a precarização, sucateamento e abandono da educação pública brasileira para fortalecer a privatização do ensino. Conforme Silva (2005, p. 262), o desafio é enorme, mas uma possível saída

desse estado precário estaria na "luta dos movimentos sociais, populares e sindicais fortalecida e redefinida pelos trabalhadores e em defesa dos seus direitos". Para tanto, a autora afirma a necessidade de desprivatização do Estado brasileiro e que as ações do Estado sejam controladas socialmente pelo povo.

Essa ilustração histórica teve a intenção de apresentar o início de um processo de política pública sobre a educação pautada pelo conceito da precarização e adequação a uma política econômica e ideológica neoliberal que não atende as necessidades educacionais dos estudantes. Afinal, desse período apresentado para cá, constata-se de forma incisiva mais de 30 anos de sucateamento da educação pública brasileira. E, os germes que proliferaram desse período levaram à gestação de uma proposta mais clara e eficaz de educação para os estudantes mais pobres, os filhos e filhas de trabalhadores, que compõe as matrículas das escolas públicas do país, pautado no conceito de mínimo curricular. Vejamos como ocorreu essa gestação.

2. DESENVOLVIMENTO:

O surgimento da Base Nacional Comum Curricular

A fim de compreender como surgiu a BNCC é preciso ter em mente que os planos estipulados pelo Consenso de Washington, não só continuaram a serem implantados no Brasil na década de 1990, como foram intensificados ao longo do século XXI. Mudanças drásticas já foram sentidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com um programa draconiano de privatizações em todo território nacional, com a paralização de concursos públicos e generalização de contratos temporários, criação de terceirização de serviços, entre outras medidas de implementação neoliberal no país, que continuaram ao longo das próximas décadas.

Dado esse cenário, é preciso compreender inicialmente quais forças hegemônicas estavam por trás da proliferação da precarização da educação pública.

2.1 A gestação

No ano de 2010, um grupo de empresas e fundações privadas se organizou em torno do anseio comum de pautar uma educação baseada em um currículo mínimo para educação pública, com foco subliminar de construir o indivíduo neoliberal . Dessa organização surge o denominado Movimento pela Base (MB) , com foco incisivo na defesa e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM). O primeiro valor apresentado por esse grupo é visto em sua página: "comprometimento e paixão pela BNCC".

Ressalta-se o escárnio do substantivo "paixão", como valor primeiro desse grupo, o qual, como se observa da própria página tem um conselho deliberativo composto por: Instituto Natura;

Instituto Unibanco; Itaú; Fundação Lemann; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e;

Fundação Telefônica Vivo. Apresenta, ainda, como doadores: Fundação Roberto Marinho; Movimento Bem Maior e; [B]³ social. E, na lista de parceiros apresenta, ainda, 30 colaboradores compostos de instituições, como a Todos pela Educação, e empresas privadas como a Ambev, fabricante de cervejas e outras bebidas.

Apenas em uma realidade paralela, ou, em uma situação kafkiana, alguém poderia aceitar que essas empresas privadas e instituições ligadas ao grande capital teriam, de fato, alguma "paixão" pela educação. Então, qual seria o interesse dos indivíduos por trás desse Movimento pela Base? A resposta é simplesmente a de transformar a educação em ativo financeiro para ser explorada pelo neoliberalismo nos moldes do atual capitalismo financeiro. O que leva a questionar se essa transformação é possível, haja vista que a educação é bem imaterial. Dada essa concretude, os indivíduos representantes do grande capital enxergaram que, apesar da educação não poder ser explorada da mesma forma que se explora a mais valia de um empregado na produção de um produto qualquer, era possível gerir esforços para que o dinheiro público da educação fosse controlado por eles. E não só o dinheiro, como toda a gestão da educação pública, passando desde a venda de materiais de ensino, até o gerenciamento de contratação e formação de professores. Eis o pulo do gato do neoliberalismo sobre a educação.

A intenção é clara, como apontado por Girotto (2018), todo o conjunto de reformas educacionais na América Latina implica na concorrência privada pela disputa do orçamento da educação pública. Revestido de uma lógica empresarial de controle técnico, burocrática e gerencial da atividade dos professores. Conforme esse autor, os principais condescendentes dessas reformas educacionais são:

Grupos como Instituto Airton Senna, Fundação Lehman, Instituto Alfa e Beto, Todos pela Educação e Instituto Itaú Unibanco são os principais interlocutores das reformas educacionais, fazendo a mediação entre os órgãos do governo (MEC, Secretarias Estaduais e Municipais), com o empresariado transnacional e os seus organismos representantes (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco Mundial, Fundação Melina e Bill Gates). Por meio dessa mediação, seus interesses têm

avançado nas políticas educacionais que representam o setor, expressos em documentos publicados em seus sites (GIROTTO, 2016, p. 161).

Nessa perspectiva, Magalhães e Cruz (2018), indicam que o anseio dos representantes do grande capital em controlar a educação pública, soma-se a um movimento maior que intenta restaurar o status quo supostamente alterado durante os anos de governo progressista no país. Para tanto, a educação é fundante para construção de novos indivíduos adeptos ao neoliberalismo que iriam, nessa concepção, conservar a ordem social e política. Conforme esses autores, a agenda é clara na busca pelo gerenciamento da educação de forma a influenciarem a formação docente e gerenciar seu trabalho, controlar e gerir as escolas, indicar os rumos da qualidade educacional, controlar as avaliações e os investimentos dos recursos voltados à educação. Nessa perspectiva, se revestem de nomenclaturas que visam esconder seus objetivos, como o grupo autodenominado de "todos pela educação", dando a falsa impressão de que "todos", incluiria, como o nome diz, todos os indivíduos da sociedade. Entretanto, como esclarecem Magalhães e Cruz (2018, p. 6), "o movimento "Todos Pela Educação" passou a reivindicar para si o monopólio de fala no debate nacional acerca de todas as questões referentes à educação". Os autores esclarecem que reivindicar para si, significa exatamente "assumir a prioridade na definição das políticas para a educação" (Ibid. 2018, p.7). Nesse sentido, os autores desmistificam o slogan de "todos", ao apontar "o conluio dos parceiros locais do grande capital, grupos Roberto Marinho, Victor Civita, Gerdau, Bancos Itaú/Unibanco, Bradesco e Santander, entre outros, com o propósito de balizar todo o sistema público de ensino do país" (MAGALHÃES e CRUZ, 2018, p.7).

O principal papel do chamado "todos pela educação", passa a ser o de propagandista ideológico dos interesses neoliberais. Na mesma medida do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e dos propagandistas de regimes totalitários como Joseph Goebbels, a educação sempre foi percebida como estratégia fulcral para propagandear os interesses dos novos regimes e alienar os sujeitos desde crianças. Agora, a educação é essencial para criar o indivíduo neoliberal, isto é, alienar as crianças na escola desde cedo a aceitarem a ideologia do grande capital. É nesse propósito propagandista que Magalhães e Cruz (2018, p. 8) identificam o modus operandi do "todos pela educação", resumido em: "criar tribunais de julgamento e condenação do Estado, o que corresponde a deslegitimá-lo como operador de recursos e, por extensão, salvaguardar a prioridade da classe burguesa no gerenciamento do bem público". Os autores alertam, portanto, que se trata de uma contrarreforma do Estado brasileiro pelo aumento, proliferação propagandista e reforço dos mecanismos de reprodução do capitalismo. Em suma, seguem-se os propósitos estipulados pelo Consenso de Washington, o que levou ao aumento do conluio do chamado "todos" com grandes empresas do mercado transnacional latino-americano, como evidenciado por Magalhães e Cruz (2018):

Nesse mesmo contexto, mais precisamente em 2011, a organização criou, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com o apoio da União Europeia, a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação – REDUCA. Um grande partido da classe burguesa, formado pela Asociación Empresarios por la Educación (Peru), Grupo Faro (Equador), Educa – Acción Empresarial por la Educación (República Dominicana), Educación 2020 (Chile), Empresarios por la Educación (Guatemala), Foro Educativo Nicaragüense "Eduquemos" (Nicarágua), Fundación Empresarial para el Desarollo Educativo (El Salvador), Fundación Empresarios por la Educación (Colômbia), Fundación para la Educación Ernesto Maduro Andreu (Honduras), Juntos por la Educación (Paraguai), Mexicanos Primero (México), Proyecto Educar 2050 (Argentina), Todos Pela Educação (Brasil) e Unidos por la Educación (Panamá), constitui um conluio de entidades privadas que adota como modus operandi apresentar-se como expressão de um consenso, o que lhes asseguraria o direito de definir as políticas de governo, ou seja, atrelá-las ao processo de produção de mercadorias (MAGALHÃES; CRUZ, 2018, p. 10, grifos meus).

Assim, fica evidente que a educação pública brasileira, assim como a de toda América Latina, tem sofrido com os ataques dos representantes do grande capital. E, foi no turbilhão de acontecimentos durante o segundo mandato de Dilma Rousseff que a fúria dessas entidades fez parir a BNCC, logo depois de um golpe de Estado que levou a presidente ao impeachment em

2016 , abrindo caminho com total apoio de Michel temer, para a "paixão" do grande empresariado de sucatear, ainda mais, a educação pública brasileira.

2.2 O parto

O documentário "Democracia em Vertigem" de Petra Costa, retrata bem a sanha dos representantes do grande capital em sua tomada pelo poder, embora, o relato de Martins (2018) seja ainda mais esclarecedor aos propósitos deste trabalho, pois ele foi um dos membros responsáveis pela formulação de uma das versões da BNCC, a segunda, que estava sendo desenvolvida antes do golpe de 2016. Importa lembrar que a BNCC teve duas primeiras versões, antes daquela imposta e homologada em 2018 pós golpe.

Martins (2018), escreve um editorial relevante do ponto de vista histórico sobre o processo de parto da BNCC, pois foi testemunha do colapso de criação intelectual por uma base que continha conteúdos essenciais aos currículos das escolas. Houve, simplesmente, uma extinção desse processo, um desmonte de equipes de trabalho, e o surgimento e aceitação, durante o governo de Temer, de uma terceira versão pronta da BNCC, vazia de sentidos e de conteúdos disciplinares. Nesse sentido o autor recorda que "uma mudança abrupta de propósitos ocorreu durante o processo, após o impeachment, com a roda sendo trocada com o carro em movimento [...] Ruptura de equipes, de referenciais, de terminologias, de propósitos, de grupos de influência etc." (MARTINS, 2018, p. 697).

Assim nasceu a BNCC, fruto do desejo e "paixão" dos representantes do grande capital, expostos no chamado Movimento pela Base, a qual, para que tivesse chegado à luz necessitou de um golpe de estado para colocar um servo do neoliberalismo no comando do país. Salutar lembrar que Temer implantou medidas draconianas em vários setores da sociedade, possibilitando a fluidez do processo neoliberal no país por meio de medidas que seguem a cartilha neoliberal, a saber: reformas trabalhistas, precarização das leis de trabalho com terceirização e propostas de trabalho intermitente, enfraquecimento de sindicatos, impedimento de gastos públicos por 20 anos em nome da austeridade, reforma previdenciária, e, claro, a reforma educacional com a implementação da BNCC, seguida do NEM.

Apesar de um governo progressista ter voltado ao governo do país em 2023, é importante relatar que não houve, até o momento, nenhum esforço desse para revogar o pacote privatista imposto pela BNCC e NEM e demais implementações previstas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais embasadas na BNCC. O que se assiste do ministro da educação é uma tentativa de ajuste. Quais os motivos dessa inação? Novamente o conluio com os interesses do grande capital, haja vista que Izolda Cela, secretária-executiva do Ministério da Educação, tem fortes ligações com os empresários interessados em explorar a educação como ativo financeiro.

Prova disso é o apoio escancarado que possui do "todos" pela educação e da fundação Lemann, inclusive, vale lembrar que o esposo de Izolda, Veveu Arruda, presta serviços à Fundação Lemann. No mínimo, há conflito de interesses, e essa pessoa não deveria estar numa pasta que cuida da efetivação da qualidade pública da educação.

Do seu nascimento, a BNCC exterminou disciplinas e seus conteúdos, concentrando-os em áreas que não respeitam as especificidades epistemológicas de cada disciplina. Além do que, é prescritiva em códigos alfanuméricos e pautada em fragmentos de conhecimentos dispersos em 115 competências distribuídas em 1567 habilidades, isso tudo, no decorrer de 600 páginas. Em suma, é um amontoado de coisas que não fazem sentido aos professores, aos alunos, às escolas e à sociedade.

Mas ao invés de sofrer um infanticídio, a BNCC se encontra em fase de maturação e tem boas chances de se manter viva como proposta pobre de educação para os pobres, especialmente, devido à falta de ação do governo para exterminá-la de vez por meio de revogação. É importante dizer que as inúmeras cartas com pedidos de revogação da BNCC e do NEM, assinadas pela comunidade civil, intelectuais, entidades acadêmicas e representantes sindicais, todos embasados em estudos que demonstram a precarização da proposta, não surtiram efeito algum, uma vez que o atual governo não se prontificou a atender esses pedidos. O futuro próximo irá mostrar se essa proposta irá crescer e se desenvolver de fato. Caso isso ocorra, há implicações prejudiciais às próximas gerações de jovens brasileiros que irão terminar sua escolarização sem ter acesso ao conhecimento sistematicamente produzido pela humanidade em suas diversas disciplinas escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi apresentado o surgimento da BNCC como proposta de educação pobre, para pobres. Isto, devido ao fato de que a BNCC não se pauta por conhecimentos escolares, em conteúdos disciplinares, muito menos, nos saberes acumulados ao longo da história da humanidade a serem transmitidos as novas gerações. Com isso, é uma proposta que propõe a negação do acesso do conhecimento aos estudantes mais vulneráveis, os filhos e filhas de trabalhadores. Na mesma medida, articula-se como proposta de agravamento das desigualdades sociais, especialmente, por proliferar a dicotomia da escola dualista, isto é, reforça a distinção de qualidade entre escolas públicas e escolas de elite conteudistas que são privadas. Diferencia-se e exclui-se aqui, as escolas particulares de bairro, que em sua grande maioria prestam um péssimo serviço e não conseguem nenhuma qualidade educacional, como se comprova na análise de qualquer ranking ENEM.

Basta lembrar que a proposta para a primeira escola, a pública, é pautada pela ausência de conteúdos e disciplinas, substituídas por coisas chamadas de itinerários formativos que entram no lugar das matérias escolares, como por exemplo: #SeLiganaMídia"; "Pensamento de rico e pensamento de pobre"; "Brigadeiro de pote", entre outros "conteúdos" esdrúxulos e alienígenas à escola, aos professores e aos estudantes. Já a segunda escola, a dos herdeiros da burguesia,

não só continuam com todas as disciplinas escolares e seus conteúdos com total aprofundamento, galgando as melhores posições em vestibulares e torneios intelectuais, como jamais terão essas aberrações de itinerários formativos em seus currículos. Dessa dualidade escolar, há somente o agravamento da desigualdade social e o afastamento, da grande maioria dos estudantes brasileiros, que pertencem ao ensino público de educação, de qualquer possibilidade de emancipação social, intelectual e profissional.

Desse contexto, foi visto que a BNCC foi constituída sob a égide dos interesses neoliberais, cujo empresariado que representa esses interesses do grande capital, busca por uma educação que alije os estudantes mais pobres do acesso ao conhecimento, e converta-os à realidade precarizada do novo modelo econômico, criando assim sujeitos subjugados pela precarização das relações de trabalho e de vida.

A gestação da BNCC foi demonstrada como plano de continuidade do Consenso de Washington em proliferar a ideologia neoliberal na América Latina e no Brasil, tendo reforço por parte do chamado Movimento pela Base, constituído por vários segmentos e instituições privadas. Também, demonstrou-se como foi necessário um golpe de estado para retirar uma presidente eleita democraticamente, e colocar em seu lugar um lacaio do grande capital, a fim de que o parto e o nascimento da BNCC fossem possíveis à luz de um amontoado de reformas de retirada e diminuição de qualquer bem-estar social no país. A sua continuidade e não revogação como proposta de base da educação brasileira, reitera o poder das forças hegemônicas que hoje atuam no Brasil. E, um dos grandes interesses dessas forças é a utilização da educação como plataforma de divulgação do neoliberalismo como proposta única, junto da adequação dos sujeitos, isto é, a construção dos sujeitos submissos à ideologia e ao regime de precarização de trabalho e de vida imposto pelo grande capital. Com isso, os sonhos de jovens estudantes brasileiros de cursar uma universidade, de terem acesso a empregos melhores e galgarem alguma posição social são enterrados pela negação de acesso aos conteúdos escolares mínimos necessários à sua emancipação .

Sem o esforço da sociedade civil, sua conscientização sobre a luta de classes, e sem a devido enfrentamento, com união da população escolar pública, não há horizontes possíveis para superação dessa proposição de educação para os mais necessitados.

Saviani, contrapõe essa crueldade ao sugerir uma forma para sua superação:

Em suma, na sua radicalidade, o desafio posto pela sociedade de classes do tipo capitalista à educação pública só poderá ser enfrentado em sentido próprio, isto é, radicalmente, com a superação dessa forma de sociedade. A luta pela escola pública coincide, portanto, com a luta pelo socialismo por ser este uma forma de produção que socializa os meios de produção superando sua apropriação privada (SAVIANI, 2020, p. 20, grifos meus).

Portanto, uma possível saída seria ampliar discussões sobre o paradoxo público x privado na educação brasileira, com foco no investimento real nas escolas públicas, garantindo total infraestrutura, além de condições dignas de salários e de trabalho aos professores. Novos estudos podem contribuir em propor um modelo de superação para a educação pública nos moldes retratados por Saviani (2020), a fim de superar, em sua gênese, a alienação capitalista sobre a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSA, B. Toward renewed economic growth in Latin America. Washington: Institute forInternational Economics, 1986.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. L'école capitaliste en France. Paris: Maspero, 1971.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

GIROTTO, E. D. Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil. Educar em Revista, v. 34, n. 71, p. 159-174, 2018.

MAGALHÃES, Á. C.; CRUZ, J. A. O "pacto pela educação" e o mistério do "todos": estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. Educação em Revista, v.34, n. 1, p. 1-24, 2018.

MARTINS, A. F. P. Sem carroça e sem bois: breves reflexões sobre o processo de elaboração de "uma" BNCC. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 35, n. 3, p. 689-701, 2018.

SAVIANI, D. A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático. Nuances: Estudos sobre Educação, v. 31, n.1, p. 03-22, 2020.

SILVA, M. A. da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. Linhas

Críticas, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 255–264, 2005. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251. Acesso em: 30 jun. 2023.

WILLIAMSON, J.; KUCZYNSKI, P. Depois do Consenso de Washington. São Paulo: Saraiva, 2004.